



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
COMPRAS OBRAS E SERVIÇO



RELATÓRIO N.º 07.2019-CPLCSO

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL
(SRP) N.º 16/2019-CPLCSO/PMVJ.

PROTOCOLO GERAL n.º 485/2019-PMVJ

Excelentíssimo Senhor Prefeito de Vitória do Jari,

O Pregoeiro, senhor RAFAEL DA SILVA TOSCANO, nomeado pelo Decreto n.º 010/2018-GAB/PMVJ, designado pela Portaria n.º 016/2019-GAB/PMVJ, vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Presencial (SRP) n.º 16/2019-CPLCSO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, concernente ao Protocolo Geral n.º 485/2019-PMVJ que teve por objeto a formação de registro de preços para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO PICK-UP E VEÍCULO ADMINISTRATIVO TIPO PASSEIO, CONFORME DETALHADO NO PLANO DE TRABALHO – CONVÊNIO N.º 414/DCPN/2018 (SINCONV N.º 865386) / MINISTÉRIO DA DEFESA.

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS:

Fase dos Processos	Data	Setor Responsável
Pedido Inicial de Contratação	04.02.2019	Departamento de Contratos e Convênios
Abertura Pesquisa de Preço	17.12.2018	Gabinete do Prefeito
Ato de autorização de Abertura de Licitação	22.02.2019	Gabinete do Prefeito e SEMDAS
Chegado dos autos à CPL	22.02.2019	-----
Confecção de Minuta de Edital e encaminhamento à Advocacia Jurídica.	22.02.2019	Pregoeiro e Equipe de apoio
Emissão de Parecer	12.03.2019	Advocacia Geral do Município
Retorno dos autos à CPL	12.03.2019	-----
Emissão do Edital com designação da data do certame e envio para publicação	14.03.2019	Pregoeiro e Equipe de apoio
Publicação no DOU	08.03.2019	Pregoeiro
Publicação no DOM	14.03.2019	Pregoeiro
Publicação no site PMVJ	14.03.2019	Pregoeiro
Publicação no DOE	15.03.2019	Pregoeiro
Publicação em Jornal de Grande Circulação	19.03.2019	Pregoeiro
Ofício convidando a Câmara de Vereadores para participar do certame	27.03.2019	Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Licitação
Ofício convidando o Ministério Público para participar do certame	27.03.2019	Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Licitação
Sessão Una do Pregão.	17.04.2019	Pregoeiro, equipe de apoio e



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
COMPRAS OBRAS E SERVIÇO



		Comissão de Licitação
Encaminhamento dos autos a AGM para parecer jurídico – final	17.04.2019	Advocacia Geral do Município
Retorno dos autos à CPL	30.04.2019	-----
Encaminhamento dos autos a Unidade Controle Interno para parecer	02.05.2019	Unidade de Controle Interno
Retorno dos autos à CPL	14.05.2019	-----
Envio para homologação	20.05.2019	Comissão de Licitação

2. DA PUBLICIDADE:

A publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município, Jornal de Grande Circulação, na Internet no sítio oficial da Prefeitura de Vitória do Jari e nos murais de aviso da Prefeitura de Vitória do Jari, sendo oficiado a Promotoria de Justiça do Estado do Amapá / Ministério Público do Estado e a Câmara de Vereadores de Vitória do Jari-AP, através dos ofícios 083/2019-CPLCSO/PMVJ e 085/2019-CPLCSO/PMVJ, ambos de 27 de março de 2019, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 4º da Lei n. 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I — a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;

3. DA SESSÃO PÚBLICA:

No dia e hora agendados, a saber, 17/04/2019, Pregoeiro e equipe de apoio, juntamente com a equipe da Comissão Permanente de Licitação iniciaram a sessão pública do Pregão Presencial (SRP) de referência, tendo comparecido ao certame somente a seguinte empresa:

MICHELE G. RODRIGUES - EPP, CNPJ: 11.554.845/0002-26, sediada na Avenida José de Anchieta, nº 149, no bairro Comercial, município de Santana-AP, representado neste ato por seu procurador Sr. MICHAEL GOÉS RODRIGUES, brasileiro, solteiro, empresário, CPF nº. 020.734.092-70, portador da CI nº. 411485-POLITEC/AP.

3.1 - DO CREDENCIAMENTO:

De início, o Pregoeiro solicitou do representante da licitante presente os documentos alusivos ao seu credenciamento, dos quais constassem, inclusive, poderes para apresentação de ofertas e lances verbais, bem como a declaração exigida no Edital, quando se tratasse de EPP, ME ou MEI. Verificado o atendimento às querelas iniciais do Pregoeiro, o comparecente foi devidamente credenciado como representante da sobredita licitante, destacando-se se tratar de empresa microempresa individual, e que apresentara os



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
COMPRAS OBRAS E SERVIÇO



documentos exigidos para gozo das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

3.2. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Por consequência, o Pregoeiro admitiu a participação da licitante nos atos subsequentes do certame, fazendo recolher os envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação Habilitatória, reservando estes últimos para a abertura na fase seguinte do certame.

Recolhidos os envelopes nº. 01 – Proposta de Preços e nº. 02 – Documentos de Habilitação, já rubricados pelo proponente, o Pregoeiro e a equipe de apoio também os rubricaram e, em seguida, foi deflagrada a sessão, com a abertura do primeiro invólucro de proposta, advertindo o Pregoeiro que dali em diante não seria mais permitida a participação de retardatários.

Ato contínuo, a proposta da licitante foi disponibilizada à apreciação e visto dos demais membros da equipe de apoio.

3.3. DA COMPATIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Com o objetivo de verificar o atendimento integral às exigências, especificações, prazos e quantificações, a oferta foi compatibilizada com a descrição do objeto prescrito no ato convocatório, bem assim com o valor estimado para a contratação pela Administração, conforme disposto no instrumento convocatório, inclusive no que diz respeito ao art. 48, II da Lei 8.666/93.

Dessa compatibilização preliminar foi constatado que a interessada cumprira todos os requisitos formais da proposta, a qual propunha o objeto do cotejo no seguinte montante:

IT.	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADMINISTRATIVO, MOTOR 1.0, FABRICAÇÃO E MODELO 2018/2019, COMBUSTÍVEL GASOLINA/FLEX, COM QUATRO PORTAS, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIOS ABS.	FIAT	UND	1	R\$ 44.324,00	R\$ 44.324,00
2	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP COM: SISTEMA DE TRAÇÃO 4X4, MOTOR 2.4, TURBO DIESEL, FABRICAÇÃO NACIONAL, COM 4 PORTAS, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2018/2019, COMBUSTÍVEL DIESEL S10.	CHEVROLET	UND	1	R\$ 155.544,00	R\$ 155.544,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 199.868,00	

3.4. DA FASE DE LANCES:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
COMPRAS OBRAS E SERVIÇO



Insta frisar que a etapa competitiva restou prejudicada, ante a presença de uma única licitante, passando, destarte, o pregoeiro a negociar diretamente com a proponente um possível desconto, sobretudo, porque o valor inicialmente proposto encontrava-se igualmente ao estimado. A respeito disso, ao final de uma longa e árdua negociação, a interessada propôs os seguintes valores:

IT.	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADMINISTRATIVO, MOTOR 1.0, FABRICAÇÃO E MODELO 2018/2019, COMBUSTÍVEL GASOLINA/FLEX, COM QUATRO PORTAS, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIOS ABS.	FIAT	UND	1	R\$ 44.324,00	R\$ 44.324,00
2	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP COM: SISTEMA DE TRAÇÃO 4X4, MOTOR 2.4, TURBO DIESEL, FABRICAÇÃO NACIONAL, COM 4 PORTAS, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2018/2019, COMBUSTÍVEL DIESEL S10.	CHEVROLET	UND	1	R\$ 155.544,00	R\$ 155.544,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 199.868,00	

Após o êxito da negociação, Pregoeiro e equipe de apoio passaram à análise mais acurada da proposta, de acordo com o disposto no instrumento convocatório. Verificado o atendimento pleno a todos os reclames editalícios, decidiu este subscrevente ACEITAR a oferta, admitindo a licitante MICHELE G. RODRIGUES - EPP, CNPJ: 11.554.845/0002-26 à etapa seguinte.

3.5. DA HABILITAÇÃO:

Na sequência, ao abrir-se o envelope de habilitação, Pregoeiro e equipe de apoio analisaram os respectivos documentos à luz do que dispunha o instrumento convocatório, inclusive aqueles expedidos por meio eletrônico, convalidando-se todas as certidões apresentadas possíveis de serem convalidadas.

Verificou-se, igualmente, no ensejo, a regularidade da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em vigor.

Concluída a análise dos documentos de habilitação e estando todos conformes e de acordo com a previsão editalícia, o Pregoeiro decidiu HABILITAR a empresa vencedora e submeteu a documentação apresentada aos presentes.

3.6. DA AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO RECURSAL E DA ADJUDICAÇÃO

Ato contínuo, prejudicada também a fase recursal, decidiu-se ADJUDICAR o objeto do certame à empresa **MICHELE G. RODRIGUES - EPP**, CNPJ: 11.554.845/0002-26, no



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
COMPRAS OBRAS E SERVIÇO



valor global final de **R\$ 198.868,00 (cento e noventa e oito mil oitocentos e sessenta e oito reais)**.

4. DA ECONOMICIDADE:

Destaque-se que o valor estimado para a contratação de que trata o objeto do certame foi de **R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais)**, sendo que o valor total da adjudicação decorrente do êxito da licitação em comento foi de **R\$ 198.868,00 (cento e noventa e oito mil oitocentos e sessenta e oito reais)**. Logo, a realização deste Pregão significou uma economia de **R\$ 6.132,00 (seis mil cento e trinta e dois reais)** aos cofres públicos, ou seja, uma redução de aproximadamente 3% do valor estimado pela Administração.

5. DO COMPARECIMENTO DE UM ÚNICO LICITANTE:

Da participação de apenas um licitante a ata do Pregão Presencial (SRP) n. 16/2019-CPLCSO indica o comparecimento de uma única empresa à sessão pública de julgamento das propostas. Sendo assim, apenas a empresa vencedora do certame **MICHELE G. RODRIGUES - EPP**, CNPJ: 11.554.845/0002-26, sediada na Avenida José de Anchieta, nº 149, no bairro Comercial, município de Santana-AP, representado neste ato por seu procurador Sr. MICHAEL GOÉS RODRIGUES, brasileiro, solteiro, empresário, CPF nº. 020.734.092-70, portador da CI nº. 411485-POLITEC/AP apresentou proposta.

A colenda Corte do Tribunal de Contas da União já se posicionou no sentido de que não há impedimento à participação de um único licitante em licitações realizadas sob a modalidade Pregão Presencial:

Quanto ao comparecimento de somente uma empresa ao pregão em tela, alinho-me à unidade técnica no sentido de que não há impedimento na legislação à conclusão da licitação, a menos que o edital contenha exigências restritivas ao caráter competitivo do certame, o que se verificou no caso (TCU: Acórdão 408/2008 — Plenário, DOU de 14/03/2008).

Considerando-se que a apresentação de somente um licitante configura indício, mas não evidência, de que a competitividade da licitação teria restado em alguma proporção prejudicada, realizou-se a ora combatida determinação. Note-se que o Tribunal não entendeu serem tais irregularidades bastantes para a anulação do contrato, nem que o comparecimento de apenas um licitante constitui qualquer tipo de óbice à contratação (TCU: Acórdão 1316/2010 — Primeira Câmara, DOU de 19/03/2010).

No caso em análise, como as exigências foram consideradas legítimas, o comparecimento de apenas um licitante não constitui por si só impedimento para a contratação.

Diante disso, não se vislumbra irregularidade na participação de um único licitante no Pregão Presencial (SRP) nº. 16/2019-CPLCSO/PMVJ.

Por final, e, sobretudo, o coevo processo teve vista da ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO, obtendo parecer favorável a continuidade do processo, atendendo ao interesse



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
COMPRAS OBRAS E SERVIÇO



público e às aspirações da coletividade, conforme PARECER n.º. 053/2019-PROCURADORIA JURIDICA, todavia, fora examinado pela Controladoria do Município de Vitória do Jari, sendo exarado o PARECER n.º. 135/2019, notando-se que o parecerista do Controle Interno ressalta em suas conclusões “que as informações elencadas desde o início de todo o processo até sua conclusão são de inteira responsabilidade e veracidade da Comissão Permanente de Licitação, departamento que conduziu/gerenciou todo o processo”, entretanto, destacamos fundamentado na Lei 8.666/1993 no inciso XVI do art. 6º e art. 51, que a responsabilidade da Comissão de Licitação é receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sendo que dentre esses documentos estão os de habilitação e propostas, assim como é consabido que a fase interna destina-se ao planejamento da contratação. É o momento em que a Administração tem o dever de realizar estudos e pesquisas preliminares sobre a sua demanda, com vistas a buscar a melhor solução para o seu total atendimento, otimizando, dessa maneira, a utilização dos recursos públicos postos à sua disposição e concretizando, assim, o princípio constitucional da eficiência, que em conjunto com outros princípios, rege a atividade administrativa. Enfatizamos ainda que a fase de planejamento é de suma importância para o sucesso de todo o procedimento, na qual devem ser tomadas todas as cautelas possíveis para se delimitar corretamente a contratação, tendo em vista que erros nesse momento da licitação geralmente conduzem a contratações insatisfatórias, em prejuízo ao erário público. Portanto, a fase interna do processo licitatório (geralmente desencadeada pela área demandante) deve ser eficientemente realizada, de modo que sejam adotadas todas as medidas necessárias para identificar e especificar corretamente o objeto a ser contratado; forma de execução; levantamento de custos; verificação de disponibilidade orçamentária; etc. Ultrapassada essa etapa, autorizada a instauração da licitação pela autoridade competente – após juízo de conveniência e oportunidade da contratação, bem como a verificação de atendimento dos pressupostos legais – e publicado o instrumento convocatório dá-se início à fase externa do procedimento, a qual é conduzida pela comissão de licitação do órgão ou entidade ou pelo pregoeiro, neste caso o da modalidade pregão, que é auxiliado por sua respectiva equipe de apoio. Embora os termos ponderados pelo controlador, em suas considerações finais, manifestando em seu entendimento ao prosseguimento do trâmite normal do processo. Em vista disso, salutar este pregoeiro acompanhado do Sr. Presidente da Comissão de Licitação que as atribuições pertinentes deste colegiado serão de suas responsabilidades.

Vitória do Jari (AP), 20 de maio de 2019.

RAFAEL DA SILVA TOSCANO

Pregoeiro
Dec. n.º. 010/2018-GAB/PMVJ

Ciente,

SIDNEY DA SILVA SANTOS

Presidente CPLCSO/PMVJ
Dec. N.º. 026/2019-GAB/PMVJ